



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
E CIÊNCIA

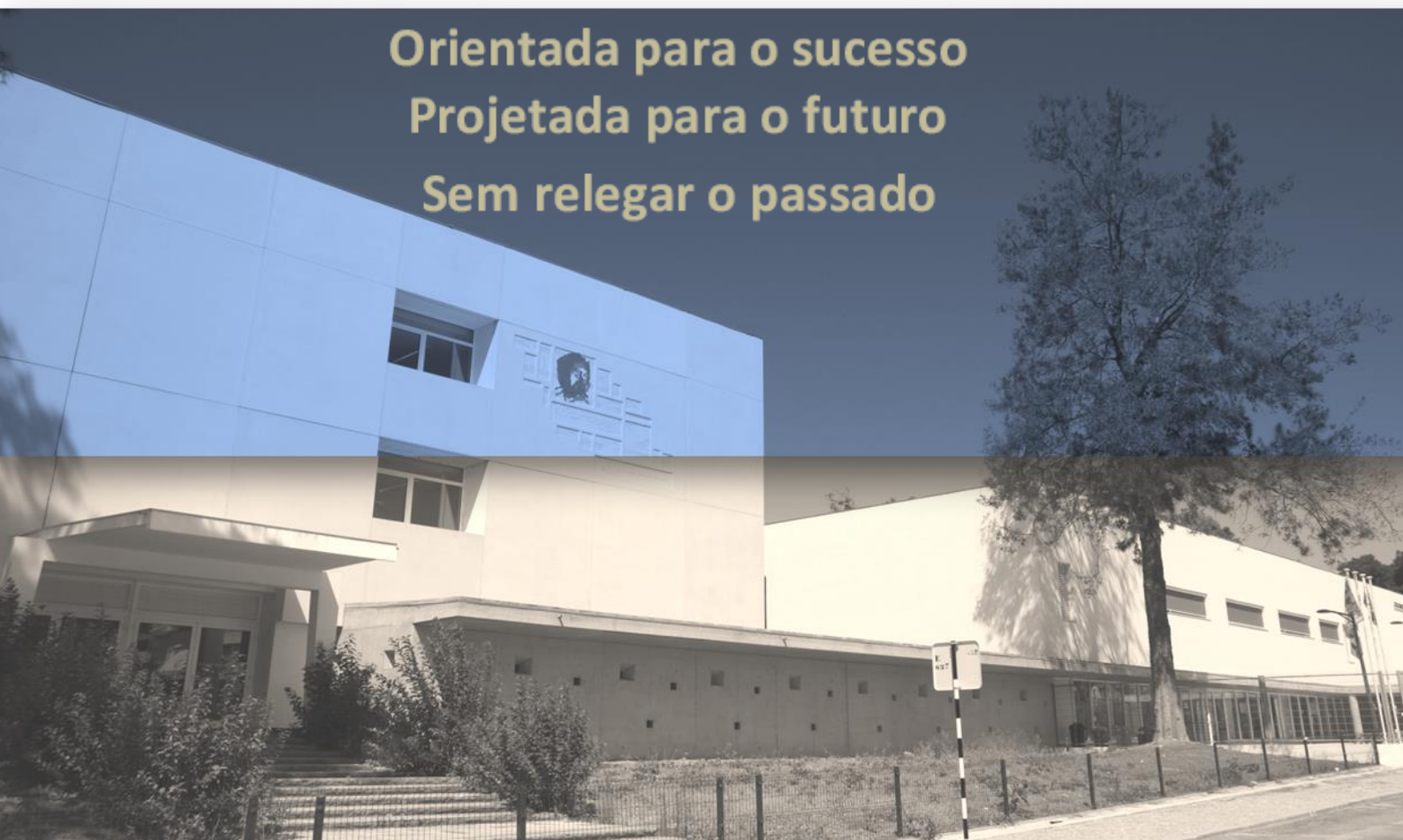


# Critérios Gerais de Avaliação

## ESJP

Uma escola centrada nas pessoas

**Orientada para o sucesso**  
**Projetada para o futuro**  
**Sem relegar o passado**





# ÍNDICE

I – AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS .....	3
INTRODUÇÃO.....	3
2.1. Princípios Orientadores .....	4
2.2. Modalidades da avaliação .....	4
2.3. Competências transversais a todos os domínios do currículo .....	6
II – TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO .....	10
2.1. Avaliação Sumativa Interna .....	10
2.1.1 – Parâmetros e Ponderações da Avaliação Sumativa Interna.....	10
2.1.2 – Terminologia da Avaliação.....	11
2.2. Avaliação Sumativa Externa.....	12
2.3. Condições de Retenção .....	13
2.3.1 – Condições de retenção nos anos não terminais do 3º. Ciclo ( 7º. e 8º. Anos) .....	13
2.3.2- Condições de retenção no final do 3º. Ciclo (9º ano) .....	14
III – CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS DO ENSINO SECUNDÁRIO .....	15
3.1 Avaliação Sumativa Interna .....	15
3.1.1- Parâmetros e Ponderações da Avaliação Sumativa Interna.....	15
3.1.2- Avaliação da Oralidade e da Dimensão Prática e Experimental.....	16
3.1.3 – Terminologia da Avaliação.....	16
3.2 Condições de Aprovação, Transição e Progressão .....	17
IV - CURSOS VOCACIONAIS .....	19
4.1 Plano de estudos .....	19
4.2 Avaliação Sumativa Interna .....	19
V - CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO .....	21
5.1 CURSOS PROFISSIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO – CPES.....	21
5.1.1 - Estrutura Curricular .....	21



5.1.2 – Parâmetros e Ponderações da Avaliação Sumativa Interna .....	24
5.2 Cursos de Educação e Formação de Adultos .....	25
5.2.1 - Estrutura Curricular .....	26
ANEXOS.....	29
ANEXO A .....	30
Enquadramento Legal.....	30
ANEXO B .....	32
Descritores de Desempenho dos Alunos.....	32
ANEXO C.....	35
Parâmetros e Ponderações da Avaliação Sumativa Interna.....	35
ANEXO D .....	36
Instrumentos e Registos de Avaliação.....	36
ANEXO E.....	38
Informação ao Diretor de Turma.....	38
ANEXO F .....	39
Divulgação dos Critérios de Avaliação a Alunos e Encarregados de Educação .....	39
ANEXO G .....	39
Conselhos de Turma de Avaliação.....	40
ANEXO H .....	41
Critérios de Avaliação de Educação Cívica.....	41
ANEXO I.....	44
Critérios de Avaliação da Prova de Aptidão Profissional.....	44



# I – AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

## INTRODUÇÃO

A avaliação das aprendizagens, enquanto elemento integrante da prática educativa, tem como finalidade última, regular as organizações escolares, **melhorar a qualidade educativa, do ensino / aprendizagem** e promover o **sucesso escolar dos alunos**.

O presente documento contempla as principais orientações relativas à avaliação das aprendizagens neste estabelecimento de ensino. Os critérios gerais de avaliação aqui formulados têm por base os normativos legais e o regulamento interno que enquadram a avaliação das aprendizagens dos alunos. Do ponto de vista organizativo, o documento procura obedecer a uma estrutura própria e lógica interna cujo conteúdo é constituído por cinco pontos, incluindo esta introdução e os anexos. O ponto I descreve os princípios orientadores e as modalidades de avaliação; também sistematiza e define a forma de avaliação das competências transversais e instrumentais. O ponto II aborda a avaliação sumativa interna do 3.º ciclo do ensino básico e define os parâmetros de avaliação e as respetivas ponderações. O ponto III estabelece os moldes em que se processa a avaliação sumativa interna dos cursos científico – humanísticos do ensino secundário e explicita os parâmetros e as ponderações da avaliação. O ponto IV descreve a organização dos cursos vocacionais em três componentes de formação e circunscreve a avaliação sumativa destes cursos. O ponto V – cursos de dupla certificação – apresenta a estrutura curricular, os parâmetros e ponderações de avaliação para estes cursos. Finalmente os anexos sistematizam procedimentos específicos.

Consideramos que a avaliação deve ser processual, contínua e sistemática também deve ser contextualizada e diversificada, através do recurso a múltiplas técnicas e instrumentos. Deve ser transparente, através da explicitação dos critérios adotados, e orientadora, na medida em que fornece informação sobre a progressão das aprendizagens do aluno, funcionando como fator regulador do processo educativo e formativo.

Nesta medida, os critérios específicos de avaliação, os momentos de avaliação e os instrumentos de avaliação devem ser cuidadosamente planificados pelos Grupos de Recrutamento em função da natureza específica de cada disciplina. Assim, os critérios específicos de avaliação deverão espelhar a natureza e as condições de aplicação dos diferentes métodos, técnicas e instrumentos de avaliação, tendo em conta o referencial comum que constitui o presente documento.



## 2.1. Princípios Orientadores

- Promoção da melhoria da qualidade do ensino;
- Articulação do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua um elemento de referência que reforce a sistematização do que se ensina e do que se aprende;
- Promoção do rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares e reforçando a avaliação sumativa externa no ensino básico;
- Reforço do carácter transversal da educação para a cidadania;
- Valorização da língua e da cultura portuguesas em todas as componentes curriculares;
- Utilização das tecnologias de informação e comunicação nas diversas componentes curriculares.

O paradigma regulador concebe os **resultados como indicadores**, não somente das aprendizagens dos alunos, mas da qualidade do ensino e da organização educativa. Nesta medida, estes resultados serão, em cada período letivo, registos de informação a serem **obrigatoriamente** tratados e analisados, fornecendo *feed-back* reflexivo, promotor da avaliação crítica e reformulação de estratégias, tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino. Este processo inscreve-se nas práticas de autoavaliação da escola e envolvem os professores, através dos seus Departamentos e Grupos de Recrutamento (GR), do Conselho Pedagógico e do Gabinete de Avaliação Interna da escola (GAI).

Assim, enquanto «processo regulador do ensino, orientador do percurso escolar e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas pelo aluno», (Decreto-lei n.º 139/2012, de 5 de julho, art.º 23.º, ponto 1), a avaliação integra e complementa a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem numa perspetiva holística.

## 2.2. Modalidades da avaliação

A avaliação da aprendizagem compreende as modalidades de avaliação **diagnóstica**, de avaliação **formativa** e de avaliação **sumativa**.

A avaliação **diagnóstica** realiza-se no início de cada ano de escolaridade ou sempre que seja considerado oportuno, devendo fundamentar estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional. Cabe aos grupos de recrutamento, em decisão ponderada e fundamentada, devidamente registada em ata, definir o seguinte:

- a(s) disciplinas/níveis que efetuarão registos formais de avaliação diagnóstica;
- nos casos acima referidos, a definição dos instrumentos de recolha adequados (teste convencional, exercício prático ou outro instrumento considerado adequado aos objetivos a atingir);



- elaboração do instrumento de avaliação, matriz de objetivos e critérios de avaliação;
- condições de realização.

A avaliação **formativa** assume carácter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade da aprendizagem e às circunstâncias em que ocorrem, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

Cabe a cada Departamento/GR definir *Critérios Específicos de Avaliação* que, em cumprimento do *referencial global de escola* (Critérios Gerais de Avaliação), os adaptem às especificidades de cada disciplina/área curricular.

Os Critérios Específicos deverão, nomeadamente:

- definir os instrumentos de avaliação a utilizar, com as respetivas matrizes e critérios de classificação;
- estabelecer os momentos da sua aplicação, em cada período letivo (num mínimo de dois momentos).

Os referidos instrumentos poderão ser de elaboração e aplicação comum a todos os elementos de um mesmo GR, que lecionem o mesmo ano/nível, cabendo esta opção, devidamente fundamentada, à deliberação dos Grupos, devendo esta ser registada em ata. Da mesma forma, a classificação dos instrumentos de avaliação, nomeadamente Testes Escritos, poderá ser flexibilizada entre os diferentes professores de uma mesma disciplina/nível, potenciando o trabalho reflexivo e colaborativo, tendo em vista a aferição e melhoria de resultados; cabe esta decisão pedagógica à deliberação dos GR, devendo esta ser registada e fundamentada em ata. As Grelhas de Registo das avaliações dos alunos deverão ser partilhadas e analisadas em reunião de Departamento/GR e arquivadas no respetivo Dossier Pedagógico, a cargo do Coordenador/Subcoordenador, registando-se em ata o resultado desta análise e as eventuais estratégias de melhoria, a adotar.

A avaliação **sumativa** traduz-se na formulação de um juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação, e inclui:

- a) A **avaliação sumativa interna**;
- b) A **avaliação sumativa externa**.

A **avaliação sumativa interna**, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão e administração dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo e corresponde à *formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento das aprendizagens do aluno*. Consiste num momento formal de avaliação, que visa classificar e diferenciar os alunos, face ao grau de consecução dos objetivos a atingir. Cabe a cada grupo de recrutamento a definição dos instrumentos de avaliação a utilizar, de acordo com matrizes comuns; estes instrumentos e respetivos critérios de avaliação devem ser



arquivados no dossier pedagógico das disciplinas a que reportam, de modo a poderem ser consultados de forma célere e eficaz, mediante qualquer solicitação nesse sentido. A deliberação final quanto à classificação a atribuir em cada disciplina, é do **Conselho de Turma**, mediante a apreciação da proposta apresentada pelo respetivo professor. Nos casos em que o consenso não é possível, a deliberação derivará de votação, acarretando as seguintes condições:

- a) A votação é nominal (e não escrutínio secreto);
- b) Não é permitida a abstenção;
- c) A deliberação exige maioria absoluta dos presentes;
- d) O Presidente da reunião (DT) tem voto de qualidade, em caso de empate;
- e) Nos CT do EB, registar-se-á, em ata, o «resultado da votação», a matéria deliberada e respetiva fundamentação;
- f) Nos CT do ES, registar-se-á, em ata, o «voto de cada membro», a matéria deliberada e respetiva fundamentação.
- g) A escola assegura as condições de participação dos serviços especializados de apoio educativo, assim como dos alunos e encarregados de educação, nos processos de avaliação.

No cumprimento do direito de participação nas estruturas educativas e no processo de avaliação, todos os Pais e Encarregados de Educação (P/EE) têm o direito, designadamente, a:

- a) Solicitar e obter, em tempo útil, toda a informação referente aos registos de avaliação que se referem ao seu educando, através do respetivo Diretor de Turma (DT);
- b) Participar nas reuniões de P/EE e ser recebido no horário de atendimento semanal do DT;
- c) Eleger e ser eleito como representante dos P/EE da turma do seu educando;
- d) Participar (através dos respetivos representantes) nas reuniões do conselho de turma.

A **avaliação sumativa externa** é da responsabilidade dos serviços ou entidades do Ministério da Educação e Ciência designados para o efeito.

### 2.3. Competências transversais a todos os domínios do currículo

A componente do currículo de natureza transversal ou instrumental corresponde, nomeadamente, a aprendizagens do âmbito da «educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias da informação e comunicação».

As aprendizagens de carácter transversal e instrumental (descritas no quadro seguinte) não fazem parte integrante



do currículo específico das disciplinas, não sendo objeto de avaliação isoladamente, mas no contexto das mesmas, de forma articulada com os conteúdos programáticos, as suas competências específicas e atividades inerentes às disciplinas (testes, projetos, relatórios, etc.).



**Organização do trabalho/ Utilização instrumental das TIC**

- Na sala de aula, revela atenção, escuta ativa e iniciativa no que respeita às atividades propostas;
- Recorre a estratégias adequadas de organização do trabalho (caderno, portefólio pessoal, etc.);
- Conhece, seleciona e utiliza as fontes de informação validadas pelo docente;
- Utiliza os recursos de TIC de forma ajustada aos objetivos do estudo/tarefas;
- Demonstra organização e controlo do tempo;
- Cumpre as propostas de trabalho/atividades, sugeridas pelo docente e evidencia hábitos de estudo.

**Compreensão e expressão em língua portuguesa**

- Lê e compreende diferentes tipos de texto (adequados ao nível de escolaridade);
- Recorre a estratégias diversificadas e adequadas de interpretação;
- Exprime oralmente opiniões, convicções e ideias, com pertinência, rigor concetual e correção linguística;
- Utiliza estratégias de comunicação diferenciadas e adequadas às diferentes finalidades;
- Elabora diferentes tipos de texto com coerência, correção linguística e diversidade vocabular.

**Participação, relações interpessoais e cidadania**

- Promove e contribui para a promoção de um ambiente de aprendizagem positivo e eficaz;
- Participa ativamente na vida da turma e colabora na resolução de problemas;
- Demonstra iniciativa, empenho e responsabilidade;
- Perspetiva a sua ação a partir do respeito pelos outros e das noções de comunidade e cultura partilhada;
- Defende os seus pontos de vista de modo assertivo;
- Reconhece e respeita a diferença e diversidade de ideias/opiniões.

**Autonomia**

- Relaciona (aplica conhecimentos e informação teórica, à resolução de novas situações/problemas;
- Identifica prioridades e estabelece metas adequadas e realistas;
- Demonstra flexibilidade e capacidade de adaptação a novas situações;
- Demonstra capacidades reflexivas, críticas e de autoavaliação.



As competências transversais e instrumentais são objeto de avaliação em todas as disciplinas. Quanto às competências transversais e instrumentais de carácter cognitivo, nomeadamente **Organização do trabalho/ Utilização instrumental do TIC e Compreensão e expressão em língua portuguesa**, cabe a cada GR, no âmbito das suas decisões pedagógicas, especificar os parâmetros referenciados, no contexto de cada área de estudos e definir os respetivos indicadores; esta especificação constará dos Critérios Específicos por disciplina.

O reforço do carácter transversal da educação para a cidadania, será objeto de avaliação também em todas as disciplinas, operacionalizado através dos indicadores **Participação, relações interpessoais e cidadania e Autonomia** ponderados no parâmetro Cidadania e Autonomia, também eles objeto de especificação constante nos Critérios Específicos de cada disciplina.



## II – TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO

### 2.1. Avaliação Sumativa Interna

A Avaliação Sumativa Interna (ASI) ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo, no âmbito do conselho de turma.

#### Exprime-se:

- numa escala de 1 a 5 em todas as disciplinas;
- numa menção qualitativa de Não satisfaz, Satisfaz ou Satisfaz bem, na Educação Cívica (Anexo G). Sempre que se considere relevante a classificação pode ser acompanhada de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno, que ficará registada em ata.

Nos 7º e 8º anos de escolaridade, a avaliação sumativa interna das disciplinas de Tecnologias da Informação e Comunicação e da disciplina de Oferta de Escola, caso sejam organizadas em regime semestral, processa-se do seguinte modo:

- a)** Para a atribuição das classificações, o conselho de turma reúne no final do 1º semestre e no final do 3º período;
- b)** A classificação atribuída no 1º semestre fica registada em ata e, à semelhança das classificações das outras disciplinas, está sujeita a aprovação do conselho de turma de avaliação no final do 3º período.

No final de cada ano letivo, a Avaliação Sumativa Interna conduz à tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno.

A decisão de progressão ou retenção compete, em primeira instância, ao Conselho de Turma e constitui uma decisão pedagógica de fundamental importância, que deve ser ponderada e avaliada nas múltiplas dimensões do percurso escolar do aluno.

No final do ciclo (9º ano de escolaridade) a ASI exprime-se nas menções de Aprovado(a) ou Não Aprovado(a).

Nos anos não terminais do ciclo a ASI exprime-se nas menções de Transitou ou Não Transitou.

#### 2.1.1 – Parâmetros e Ponderações da Avaliação Sumativa Interna

A Avaliação Sumativa Interna exprime, de forma global, um conjunto de informação referente à prestação do aluno, conforme supra referido, que se enquadra nos seguintes parâmetros e ponderações:



### ► **Conhecimentos e Capacidades**

Este parâmetro versa sobre o domínio cognitivo e psicomotor, avaliando o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e aptidões inerentes às disciplinas. A avaliação, neste parâmetro incide sobre os conteúdos definidos nos programas das disciplinas e tem como referência as metas curriculares, a atingir por ano de escolaridade e ciclo de ensino. Exprime-se em termos de **resultados**, que codificam e formalizam, num juízo global, o processo de ensino-aprendizagem e o grau de consecução dos objetivos programáticos e das metas curriculares.

- **7º. 8º. Anos (80% em todas as disciplinas)**
- **9º. Ano (80% nas disciplinas sem avaliação sumativa externa)  
(90% nas disciplinas com avaliação sumativa externa)**

### ► **Cidadania e Autonomia**

Neste parâmetro são ponderados dois indicadores fundamentais do domínio socio afetivo: participação, relações interpessoais e cidadania; autonomia.

- **7º. 8º. Ano (20% em todas as disciplinas)**
- **9º. Ano (20% nas disciplinas sem avaliação sumativa externa)  
(10% nas disciplinas com avaliação sumativa externa)**

Os parâmetros de avaliação supramencionados, deverão ser objeto de especificação, de acordo com a natureza das disciplinas e dos contextos de aprendizagem e constar nos critérios específicos de avaliação dos grupos de recrutamento.

(7º, 8º e 9º anos do 3º ciclo) - Educação Cívica.

### ► **Conhecimentos e Capacidades (70%)**

Este parâmetro incide sobre *processos e produtos desenvolvidos no âmbito dos temas abordados*.

### ► **Cidadania e Autonomia (30%)**

Neste parâmetro são ponderados dois indicadores fundamentais do domínio socio afetivo: participação, relações interpessoais e cidadania (15%); autonomia (15%).

## 2.1.2 – Terminologia da Avaliação



Nos testes e noutros trabalhos desenvolvidos pelos alunos, **do ensino básico** deverá ser apenas indicada a **avaliação quantitativa e qualitativa**, nos seguintes termos:

ENSINO BÁSICO	AVALIAÇÃO QUALITATIVA	AVALIAÇÃO QUANTITATIVA	NÍVEL
	Muito fraco	0 a 19%	<b>1</b>
	Insuficiente	20 a 49%	<b>2</b>
	Suficiente	50 a 69%	<b>3</b>
	Bom	70 a 89%	<b>4</b>
	Muito Bom	90 a 100%	<b>5</b>

A indicação, nos testes, da cotação obtida nas respetivas respostas fica dependente da especificidade de cada disciplina/Grupo, cabendo, tal decisão, ao grupo de recrutamento e devendo ser cumprida por todos os professores do Grupo. **No caso da avaliação diagnóstica, a informação será exclusivamente qualitativa.**

## 2.2. Avaliação Sumativa Externa

Da responsabilidade dos serviços ou entidades do Ministério da Educação e Ciência designados para o efeito, que compreende a realização de provas finais no 9º ano de escolaridade, as quais incidem sobre os conteúdos do 3º ciclo nas disciplinas de Português, Matemática e na disciplina de PLNM (Português Língua Não Materna em substituição do Português, para alunos que reúnam condições específicas de admissão).

Estão dispensados da realização de Provas Nacionais de final de ciclo, os alunos que:

- a) Se encontrem a frequentar percursos curriculares alternativos;
- b) Se encontrem a frequentar o ensino vocacional;
- c) Se encontrem a frequentar cursos de educação e formação (CEF), programas integrados de educação e formação (PIEF) ou cursos de educação e formação de adultos (EFA);
- d) Não tenham o português como língua materna e tenham ingressado no sistema educativo português no ano letivo correspondente ao da realização das provas finais;



e) Estejam abrangidos pelo artigo 21º do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro.

A realização de Provas Nacionais de final do 3º ciclo é obrigatória para os alunos (alíneas a) b) e c) que pretendam prosseguir estudos no ensino regular.

Os alunos abrangidos pelo art.º 20º do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, prestam provas nacionais de final de ciclo, podendo beneficiar de condições especiais de avaliação, ao abrigo da legislação em vigor.

## 2.3. Condições de Retenção

### 2.3.1 – Condições de retenção nos anos não terminais do 3º. Ciclo ( 7º. e 8º. Anos)

Na decisão de retenção deverão ser tomadas em conta as situações tipificadas no quadro 1.

**Quadro 1**

Português PLNM	Matemática	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	<b>Não Transita</b> ou <b>Transita (*)</b> acompanhado de um <u>Plano de Acompanhamento Pedagógico</u> individualizado (PAP), definindo as medidas de promoção do sucesso escolar adaptadas à situação, condições e calendário de aplicação (nos termos do art.º 20º do DN 24-A/2012) .
< 3	<3				
		< 3	< 3	< 3	
< 3		< 3	< 3		
	< 3	< 3	< 3		

(\*) Estas decisões devem constar em ata, assim como a respetiva fundamentação pedagógica.

A decisão de retenção reveste sempre um carácter pedagógico, exigindo a avaliação individualizada da situação específica do aluno, ponderando:

- a) As condições de possibilidade do aluno adquirir os conhecimentos e desenvolver as capacidades necessárias até ao final do ciclo;
- b) A evolução do aluno;



- c) As condições específicas de cada aluno, incluindo alunos identificados com necessidades educativas especiais (NEE), ao abrigo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, quer no domínio cognitivo e psicomotor, quer no domínio sócio afetivo;
- d) O contexto de ensino e aprendizagem em que o aluno se encontra inserido, nomeadamente a situação de alunos estrangeiros;
- e) O benefício pedagógico previsível, no percurso escolar do aluno, onde, para além de outros aspetos, se deverá ponderar a questão da integração no grupo-turma.

### 2.3.2- Condições de retenção no final do 3º. Ciclo (9º ano)

No final do 3º ciclo (9º ano), o aluno não progride e obtém a menção de Não Aprovado(a) se estiver numa das seguintes situações identificadas no quadro seguinte:

Português /PLNM	Matemática	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	
< 3	<3				Não Aprovado(a)
		< 3	< 3	< 3	Não Aprovado(a)
< 3		< 3	< 3		Não Aprovado(a)
	< 3	< 3	< 3		Não Aprovado(a)

Os alunos que recorrem à Provas de Equivalência à Frequência são considerados aprovados, quando se verificam as condições estabelecidas para o final do 3º ciclo do EB.



## III – CURSOS CIENTÍFICO-HUMANÍSTICOS DO ENSINO SECUNDÁRIO

### 3.1 Avaliação Sumativa Interna

A avaliação é fator relevante no processo ensino/aprendizagem, pelo que deverá obedecer a uma prévia e esclarecedora definição do que se pretende avaliar. Deve, também ter-se em conta e escolha criteriosa de técnicas e instrumentos em função dos objetivos e finalidades e não pode, em caso algum, ser confundida com classificação, pois ela deve contribuir para que o aluno reconheça o verdadeiro “estado” da sua aprendizagem, os conteúdos que ainda não domina. A avaliação ajuda também o professor nas estratégias e metodologias que precisa de reformular.

#### 3.1.1- Parâmetros e Ponderações da Avaliação Sumativa Interna

A avaliação sumativa, no Ensino Secundário, exprime-se na escala de 0 a 20, enquadrando-se nos seguintes parâmetros e ponderações, a aplicar a todas as disciplinas e áreas curriculares:

##### ► Conhecimentos e Capacidades

Este parâmetro incide sobre o domínio cognitivo e psicomotor, avaliando o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e aptidões.

- **10.º Ano (80% nas disciplinas sem avaliação sumativa externa)**  
**(90% nas disciplinas com avaliação sumativa externa)**
- **11.º Ano (90% em todas disciplinas)**
- **12.º Ano (90% em todas disciplinas)**

##### ► Cidadania e Autonomia

Neste parâmetro são ponderados dois indicadores fundamentais do domínio da educação para a cidadania: cidadania e autonomia.

- **10.º Ano (20 % nas disciplinas sem avaliação sumativa externa)**  
**(10 % nas disciplinas com avaliação sumativa externa)**
- **11.º Ano (10% em todas disciplinas)**





- **12.º Ano (10% em todas disciplinas)**

Os parâmetros de avaliação supramencionados deverão ser objeto de especificação de acordo com a natureza das disciplinas e dos contextos de aprendizagem e constar nos critérios específicos de avaliação dos grupos de recrutamento.

### 3.1.2- Avaliação da Oralidade e da Dimensão Prática e Experimental

Nas seguintes disciplinas a dimensão oral, prática e experimental é obrigatoriamente avaliada de acordo com as seguintes ponderações:

DISCIPLINA	DIMENSÃO	PONDERAÇÃO
Português	Oralidade	25%
Língua Estrangeira	Oralidade	30%
Física e Química A Biologia e Geologia Biologia (anual) Geologia (anual) Química (anual)	Prática e Experimental	30%

### 3.1.3 – Terminologia da Avaliação

Nos testes e noutros trabalhos desenvolvidos pelos alunos do **ensino secundário** deverá ser indicada a **avaliação quantitativa e qualitativa**, nos seguintes termos:



ENSINO SECUNDÁRIO	AVALIAÇÃO QUALITATIVA	AVALIAÇÃO EM PONTOS	AVALIAÇÃO EM VALORES
	Muito Fraco	0 a 44	<b>0 a 4</b>
	Insuficiente	45 a 94	<b>5 a 9</b>
	Suficiente	95 a 134	<b>10 a 13</b>
	Bom	135 a 174	<b>14 a 17</b>
	Muito Bom	175 a 200	<b>18 a 20</b>

A indicação, nos testes, da cotação obtida nas respetivas respostas fica dependente da especificidade de cada disciplina/grupo, cabendo, tal decisão, ao grupo de recrutamento e devendo ser cumprida por todos os professores do grupo. **No caso da avaliação diagnóstica, a informação será exclusivamente qualitativa.**

### 3.2 Condições de Aprovação, Transição e Progressão

A aprovação do aluno em cada disciplina depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores.

A classificação de frequência no ano terminal das disciplinas plurianuais não pode ser inferior a 8 valores.

A transição do aluno para o ano escolar seguinte verifica-se sempre que a classificação anual de frequência ou final de disciplina, consoante os casos, não seja inferior a 10 valores a mais de duas disciplinas. Nessas disciplinas são consideradas as constantes do plano de estudos a que o aluno tenha obtido classificação inferior a 10 valores, sido excluído por faltas ou anulado a matrícula. Na transição do 11º para o 12º ano são consideradas igualmente as disciplinas em que o aluno não progrediu na transição do 10º para o 11º ano.



Os alunos que transitam para o ano seguinte com classificações inferiores a 10 em uma ou duas disciplinas progridem nessa(s) disciplina(s) desde que a(s) classificação(ões) obtida(s) não seja(m) inferior(es) a 8 valores.

Os alunos não progridem em disciplinas em que tenham obtido classificação inferior a 10 valores em dois anos curriculares consecutivos.



## IV - CURSOS VOCACIONAIS

Os cursos vocacionais têm como objetivo assegurar a continuidade dos estudos e o desenvolvimento de conhecimentos e capacidades técnicas de natureza profissional dos alunos do ensino básico. Estes cursos têm uma estrutura curricular organizada por módulos, o que permite maior flexibilidade e respeito pelos ritmos de aprendizagem de cada aluno. O público-alvo são os alunos a partir dos 13 anos de idade que manifestem constrangimentos com os estudos do ensino regular e procurem uma alternativa a este tipo de ensino, designadamente aqueles alunos que tiveram duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções em ciclos diferentes.

### 4.1 Plano de estudos

O plano de estudos dos cursos vocacionais organiza-se em 3 componentes de formação:

- a) Geral, da qual fazem parte as disciplinas de Português, Matemática, Inglês e Educação Física;
- b) Complementar, da qual fazem parte as áreas de Ciências Sociais (História e Geografia) e de Ciências do Ambiente (Ciências Naturais, Físico-Química);
- c) Vocacional, integrada pelos conhecimentos correspondentes a atividades vocacionais e por uma prática simulada preferencialmente em empresas que desenvolvam as atividades vocacionais ministradas.

### 4.2 Avaliação Sumativa Interna

A Avaliação sumativa expressa-se na escala de 0 a 20 valores e, atendendo à estrutura modular da formação, a conclusão de cada módulo terá lugar quando o aluno atingir a classificação mínima de 10 valores.

Compete ao professor organizar a avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.

No caso de a avaliação sumativa revelar que o aluno não apresenta condições de conclusão do módulo, pode transitar para o módulo seguinte, competindo ao professor, em conjunto com o aluno, criar atividades de remediação para a recuperação de módulos em atraso.

A ponderação para as diferentes componentes de formação é:



### **Sociocultural, Complementar e Vocacional**

#### ➤ **Conhecimentos e Capacidades: (60%)**

Este parâmetro versa sobre o domínio cognitivo e psicomotor, avaliando o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e aptidões inerentes às disciplinas.

#### ➤ **Cidadania e Autonomia (40%)**

Neste parâmetro são ponderados dois indicadores fundamentais do domínio socio afetivo: participação, relações interpessoais e cidadania, autonomia.

Os alunos dos cursos vocacionais que concluem o 9.º ano podem prosseguir estudos nas seguintes vias de ensino: no ensino regular, desde que tenham aproveitamento nas provas finais nacionais de 9.º ano; no ensino profissional, desde que tenham concluído com aproveitamento todos os módulos do curso; no ensino vocacional de nível secundário, desde que tenham concluído 70% dos módulos das componente geral e complementar e 100% dos módulos da componente vocacional.



## V - CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO

Os Cursos de Dupla Certificação permitem, aos alunos, a obtenção de qualificação escolar e profissional. Têm, como finalidade, a integração dos jovens na vida ativa através do mercado de trabalho. Visam combater os níveis insuficientes de formação escolar e de qualificação profissional, que ainda se fazem sentir em Portugal, assim como o abandono escolar precoce e o insucesso, com base na diversificação da oferta, em termos vocacionais e profissionais através dos Cursos de Educação e Formação para jovens em idade de escolaridade obrigatória (CEF) no ensino básico, os Cursos Profissionais do ensino secundário (CPES) e os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA).

### 5.1 CURSOS PROFISSIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO – CPES

Os CPES têm como principal finalidade, a integração dos jovens no mercado de trabalho, como técnicos intermédios de nível IV, com equivalência escolar ao 12º ano. Os Cursos Profissionais encontram-se agrupados por áreas de educação e formação, de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação, aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de março. Embora a sua prioridade se encontre associada à integração na vida ativa, os CPES permitem o prosseguimento de estudos, nos termos regulamentados pelo acesso ao ensino superior.

#### 5.1.1 - Estrutura Curricular

A matriz curricular dos CPES (Decreto Lei nº 139/2012, anexo VI) organiza as disciplinas, assim como a «Formação em contexto de trabalho (FCT)», em 3 componentes de formação: Sociocultural, Científica e Técnica.

As disciplinas estruturam-se segundo a organização modular, que consiste em unidades curriculares e avaliativas distintas.

A avaliação é, em cada módulo contínua e integrada no processo de ensino aprendizagem, recorrendo a meios e instrumentos adequados às especificidades de aprendizagem, e incidindo sobre :

- a) as aprendizagens previstas no programa das disciplinas de todas as componentes de formação e no plano da Formação em Contexto de Trabalho-FCT;
- b) as competências identificadas no perfil de desempenho à saída do curso.

A avaliação assume carácter diagnóstico, formativo e sumativo, visando:



- a) Informar o aluno e o encarregado de educação, quando for o caso, sobre os progressos, as dificuldades e os resultados obtidos na aprendizagem, esclarecendo as causas de sucesso ou insucesso;
- b) Adequar e diferenciar as estratégias de ensino, estimulando o desenvolvimento global do aluno nas áreas cognitiva, afetiva, relacional, social e psicomotora;
- c) Certificar os conhecimentos e competências adquiridos;
- d) Contribuir para a melhoria da qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e reforço da confiança social no seu funcionamento.

### ***Intervenientes***

1 — Intervêm no processo de avaliação:

- a) O professor;
- b) O aluno;
- c) O orientador educativo de turma ou diretor de turma;
- d) O conselho de turma;
- e) O diretor de curso;
- f) O professor orientador da FCT;
- g) O monitor designado pela entidade de acolhimento, previsto no n.º 4 do artigo 24.º;
- h) Os órgãos e estruturas de gestão e de coordenação pedagógica da escola;
- i) O encarregado de educação dos alunos menores;
- j) Representantes das associações empresariais, profissionais e sindicais;
- l) Personalidades de reconhecido mérito na área da formação profissional ou nos setores profissionais afins aos cursos;
- m) Serviços com competência em matéria de apoio socioeducativo;
- n) A administração educativa.

2 — A intervenção e participação dos órgãos, estruturas e entidades previstos no número anterior assumirão as formas previstas na lei, ou, nas matérias que se inserem no âmbito da autonomia das escolas, nos instrumentos aprovados pelos órgãos competentes, de acordo com o regime jurídico aplicável à entidade formadora.

3- Podem ainda participar no processo de avaliação outros elementos que intervenham no processo formativo do aluno, nos termos estabelecidos no número anterior.

*Avaliação formativa* - A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter



informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista à definição e ao ajustamento de processos e estratégias.

*Avaliação sumativa* - A avaliação sumativa tem como principais funções a classificação e a certificação, traduzindo-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas e as competências adquiridas pelos alunos.

A avaliação sumativa expressa-se na escala de 0 a 20 valores e, atendendo à lógica modular adotada, a notação formal de cada módulo, a publicar em pauta, só terá lugar quando o aluno atingir a classificação mínima de 10 valores.

### ***Momentos de avaliação***

- 1 — A avaliação sumativa ocorre no final de cada módulo, com a intervenção do professor e do aluno, e, após a conclusão do conjunto de módulos de cada disciplina, em reunião do conselho de turma.
- 2 — Compete ao professor organizar e proporcionar de forma participada a avaliação sumativa de cada módulo, de acordo com as realizações e os ritmos de aprendizagem dos alunos.
- 3 — Os momentos de realização da avaliação sumativa no final de cada módulo resultam do acordo entre cada aluno ou grupo de alunos e o professor.
- 4 — A avaliação de cada módulo exprime a conjugação da auto e heteroavaliação dos alunos e da avaliação realizada pelo professor, em função da qual este e os alunos ajustam as estratégias de ensino-aprendizagem e acordam novos processos e tempos para a avaliação do módulo.
- 5 — O aluno pode requerer, no início de cada ano letivo e em condições a fixar pelos órgãos competentes, a avaliação dos módulos não realizados no ano letivo anterior.
- 6 — De acordo com a legislação em vigor, a escola dinamiza anualmente dois momentos de avaliação extraordinária para recuperação de módulos em épocas especiais (setembro e julho), permitindo assim que os alunos realizem um máximo de 4 módulos num período de dois dias.
- 7 — A avaliação sumativa incide ainda sobre a formação em contexto de trabalho e integra, no final do 3.º ano do ciclo de formação, uma prova de aptidão profissional (PAP).
- 8 — O regime de faltas em vigor nos atuais CPES incide sobre o número de horas de cada módulo e não sobre a totalidade de faltas de cada disciplina em cada uma das componentes formativas.





### 5.1.2 – Parâmetros e Ponderações da Avaliação Sumativa Interna

#### - Componentes de Formação:

##### **Sociocultural, Científica**

##### ➤ **Conhecimentos e Capacidades: (80%)**

Este parâmetro versa sobre o domínio cognitivo e psicomotor, avaliando o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e aptidões inerentes às disciplinas.

##### ➤ **Cidadania e Autonomia: (20%)**

Neste parâmetro são ponderados dois indicadores fundamentais do domínio socio afetivo: participação, relações interpessoais e cidadania, autonomia.

##### **Técnica**

##### ➤ **Conhecimentos e Capacidades: (85%)**

Este parâmetro versa sobre o domínio cognitivo e psicomotor, avaliando o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e aptidões inerentes às disciplinas.

##### ➤ **Cidadania e Autonomia (15%)**

Neste parâmetro são ponderados dois indicadores fundamentais do domínio socio afetivo: participação, relações interpessoais e cidadania, autonomia.

#### **Formação em Contexto de Trabalho – FCT**

A FCT integra um conjunto de atividades profissionais desenvolvidas sob coordenação e acompanhamento da escola; realiza-se em empresas/organizações, sob a forma de experiências de trabalho por períodos de duração variável ao longo da formação, ou sob a forma de estágio em etapas intermédias ou na fase final do curso.

A organização e o desenvolvimento da FCT obedecem a um «Plano de trabalho individual», que carece de definição de critérios específicos de avaliação, a aprovar em CP, sob proposta do coordenador de curso ou área de formação.

A aprendizagem visada pela FCT inclui, em todas as modalidades, a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades no âmbito da saúde e segurança no trabalho.

#### **Prova de aptidão profissional – PAP**

A prova de aptidão profissional (PAP) consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto, consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apreciação crítica, demonstrativo de



conhecimentos e competências profissionais adquiridos ao longo da formação, e estruturante do futuro profissional do aluno.

A natureza da PAP de cada curso, nomeadamente as fases de elaboração do projeto, objetivos, calendarização e critérios de avaliação, deverão ser aprovados em CP, sob proposta do Coordenador de Curso ou área de formação.

### **Classificação, aprovação e recuperação de módulos**

As classificações (módulos, disciplinas, FCT e PAP) expressa-se na escala de 0 a 20 valores.

A classificação de cada disciplina obtém-se pela média aritmética simples, arredondada à unidade, das classificações obtidas em cada módulo. A aprovação em cada disciplina depende da realização de todos os módulos, com aproveitamento (10 ou mais valores).

A aprovação na FCT e na PAP depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores em cada uma delas.

Quando, por 3 motivos não imputáveis à escola, o aluno não cumpriu, nos prazos previamente definidos, os objetivos de aprendizagem previstos para os módulos, pode realizar atividades de avaliação, previstas no Regulamento interno da escola.

## **5.2 Cursos de Educação e Formação de Adultos**

Os cursos EFA são um instrumento fundamental na qualificação da população adulta. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação ou, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar.

Os cursos EFA são dinamizados na ótica da aprendizagem ao longo da vida, possibilitando a aquisição de competências profissionais e/ou habilitações escolares, com vista a inserção, reinserção ou progressão no mercado de trabalho.

Os Cursos EFA estruturam-se de acordo com o modelo de formação modular, tendo por base os referenciais de formação que integram o Catálogo Nacional de Qualificações e são agrupados por áreas de educação e formação, de acordo com a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação. A dinâmica de formação é centrada em processos reflexivos e de aquisição de competências.



## Competências e Competência-chave

No processo de formação de adultos, assume especial importância os conceitos de competência e de competência - chave.

Reconhecer, validar e certificar competências e competências - chave da população adulta é um processo inovador que decorre essencialmente das estratégias de aprendizagem e formação ao longo da vida e que têm, como pressuposto, situações de aprendizagem com consideráveis níveis de complexidade, aprendizagem significativa e ativa.

Entende-se, neste contexto, por «competência», uma «combinatória de capacidades, conhecimentos, aptidões e atitudes apropriadas a situações específicas, requerendo também a «disposição para» e o «saber como» aprender (Comissão Europeia, *Key Competences for Lifelong Learning*. 2004). Entende-se por «competência-chave» «um conjunto articulado, transferível e multifuncional, de conhecimentos, capacidades e atitudes indispensáveis à realização e desenvolvimento individuais, à inclusão social e ao emprego» (id., ib.)

### 5.2.1 - Estrutura Curricular

A organização curricular dos cursos EFA é realizada com base numa articulação efetiva das componentes de formação. O percurso de formação desenvolve-se com o recurso a atividades de complexidade crescente, que convoquem saberes de múltiplas áreas, possibilitando a sua complementaridade e transferência de competências.

A avaliação incide sobre as aprendizagens efetuadas e competências adquiridas, de acordo com os referenciais de formação aplicáveis, de forma contextualizada, isto é, tendo em vista a consistência entre as atividades de avaliação e de aquisição de saberes e competências. Os formadores devem recorrer a múltiplas técnicas e instrumentos de avaliação, garantindo o seu caráter diversificado. A avaliação, nos cursos EFA e Formações Modulares, exprime-se de forma qualitativa, concretizando-se numa apreciação descritiva dos desempenhos, que promova a consciencialização, por parte do adulto, do trabalho desenvolvido, servindo de base à tomada de decisões.

### 1 - Cursos EFA Escolares: Nível Básico B3

A organização dos cursos EFA – Nível Básico integra quatro áreas nucleares e uma área de conhecimento transversal. As áreas nucleares são:

*Linguagem e Comunicação (LC);*

*Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);*

*Matemática para a Vida (MV);*



*Cidadania e Empregabilidade (CE);*

*Aprender com Autonomia (AA)* – área de conhecimento transversal.

O Referencial apresenta, para o nível B3, um total de 16 Unidades de Competência (4 por Área) que, no seu conjunto, definem o perfil terminal do Curso.

Os critérios de evidência relativos a cada uma das 16 unidades de competência estão definidos no Referencial de Competências - Chave nível básico.

A avaliação tem carácter essencialmente formativo e deve ter uma função reguladora e orientadora das aprendizagens dos formandos recorrendo essencialmente a Atividades Integradoras.

A conclusão, com aproveitamento, dos cursos EFA B3 implica a validação de todas as unidades de competência sendo que todos os critérios deverão ter sido obrigatoriamente evidenciados.

## **2 - Cursos EFA Escolares: Nível Secundário**

Os cursos EFA – Nível Secundário compreendem uma componente de **formação de base** que integra três áreas de competências - chave:

*Cidadania e Profissionalidade (CP);*

*Sociedade, Tecnologia e Ciência (STC);*

*Cultura, Língua e Comunicação (CLC).*

As áreas de competências-chave estão organizadas no Catálogo Nacional de Qualificações por Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) de 50 horas cada. A cada UFCD constante na componente de formação de base corresponde uma Unidade de Competência (UC) do Referencial de Competências -Chave (RCC).

O Referencial apresenta um total de 22 UFCD/Unidades de Competência distribuídas da seguinte forma: 8 na área de CP e 7 em cada uma das áreas de CLC e STC. As UFCD organizam-se a partir de resultados de aprendizagem (RA), 4 por UFCD, em referência às 4 competências por Unidade, associadas aos 4 Domínios de Referência (DRA) que o Referencial de Competências -Chave define para cada Núcleo Gerador.

Quer isto dizer que, e de acordo com a regulamentação em vigor, os RA traduzem as competências / DRA do Referencial Competências - Chave.

Assim:

- 1º Resultado de Aprendizagem por UFCD (RA1) está associado ao Domínio Privado (DR1);
- 2º Resultado de Aprendizagem por UFCD (RA2) está associado ao Domínio Profissional (DR2);
- 3º Resultado de Aprendizagem por UFCD (RA3) está associado ao Domínio Institucional (DR3);
- 4º Resultado de Aprendizagem por UFCD (RA4) está associado ao Domínio Macro -Estrutural (DR4).



Consequentemente, num curso EFA – Nível Secundário, existe um total de 88 Resultados de Aprendizagem (4DRA x 22UC).

Ao longo do seu percurso de formação, o formando vai construindo aquele que será o instrumento de suporte para as decisões sobre a validação das suas aprendizagens, o Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA). Para efeitos de certificação, o formando deve obter uma avaliação sumativa com aproveitamento em todas as UFCD.

A validação de uma UFCD implica a evidenciação, no mínimo, de 2 dos 4 Resultados de Aprendizagem que a constituem.

Considera-se que um Resultado de Aprendizagem está evidenciado desde que, pelo menos, 2 dos 3 critérios de evidência definidos no Referencial de Competências-Chave para cada Competência/DRA, em cada Unidade/UFCD, estejam verificados.

A evidenciação dos 4 Resultados de Aprendizagem que suportam a validação de cada UFCD pressupõe a abordagem de todos os conceitos-chave específicos dessa unidade.

A avaliação referencia-se em parâmetros comuns de avaliação, que deverão suportar as decisões acerca da evidenciação dos Resultados de Aprendizagem / Avaliação sumativa, permitindo o equilíbrio e a validação dos resultados, por forma a dotar o processo de educação de adultos, desenvolvido na nossa escola, do rigor de formação e clareza de informação, que constituem as exigências mínimas do mercado de trabalho. Cabe aos mediadores e respetivas equipas formativas, a elaboração de suportes específicos para cada área de formação, de acordo com os critérios gerais de avaliação/evidenciação de resultados.



# ANEXOS



## ANEXO A

### Enquadramento Legal

**Despacho nº 6651/2013**, de 22 de maio - homologação das Metas Curriculares aplicáveis ao currículo do EB, da disciplina de Inglês.

**Despacho nº 5122/2013**, de 16 de abril - homologação das Metas Curriculares aplicáveis ao currículo do EB, das disciplinas de Ciências Naturais, História, Geografia e Físico-Química.

**Portaria 74-A/2013**, de 15 de fevereiro - organização, funcionamento, avaliação e certificação dos Cursos Profissionais do Ensino Secundário – CPES.

**Despacho n.º 15971/2012**, de 14 de dezembro – define o calendário de implementação das Metas Curriculares (EB e ES) e seus efeitos na avaliação externa dos alunos.

**Despacho normativo n.º 13/2014**, de 15 de setembro - O presente despacho normativo regulamenta: a) A avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, bem como os seus efeitos; b) As medidas de promoção do sucesso escolar que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento dos alunos, sem prejuízo de outras que a escola defina no âmbito da sua autonomia.

**Lei nº 51/2012**, de 5 de setembro - Estatuto do Aluno e Ética Escolar

**Portaria nº 243/2012**, de 10 de agosto - regulamenta a Avaliação ao nível dos Cursos Científico-humanísticos do ES.

**Despacho nº 10874/2012**, de 10 de agosto - homologação das Metas Curriculares aplicáveis ao currículo do EB, das disciplinas de Português, Matemática, Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Visual e de Educação Tecnológica.

**Decreto-Lei nº 139/2012**, de 5 de julho, com as alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei nº 91/2013**, de 10 de julho - reorganização curricular do Ensino Básico-EB e Secundário –ES).

**Despacho nº 334/2012**, de 11 de janeiro – Organização e desenvolvimento dos Cursos EFA.

**Despacho Normativo nº12/2011**, de 22 de agosto - Reajustamentos ao Despacho Normativo n.º 7/2006 de 6 de fevereiro.

**Lei nº 85/2009**, de 27 de agosto - alarga a escolaridade obrigatória para 12 anos e estabelece a norma transitória para a sua implementação (art.º 8º).

**Portaria n.º 230/2008**, de 7 de março, alterada e republicada pela Portaria n.º 711/2010, de 17 de agosto e pela **Portaria nº 283/20011**, de 24 de outubro – Regime jurídico dos Cursos EFA e Formações Modulares.

**Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro** - define os apoios especializados e condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas, que frequentam o sistema de ensino.

**Despacho Normativo nº 30/2007, de 16 de julho, com as alterações do Ofício Circular OFCIRC/DGIDC/2011/GD/8**, de 16 de agosto – Cria a disciplina de PLN, no ES.

**Despacho Normativo nº 7/2006**, de 6 de fevereiro, com as alterações do Ofício Circular OFCIRC/DGIDC/2011/GD/7, de 10 de agosto – Regulamenta a organização e avaliação do Português Língua Não Materna – PLN, no EB.



**Despacho Conjunto nº 453/2004**, de 27 de julho, retificado pela **Retificação nº 1673/2004**, de 7 de setembro, alterado pelo **Despacho nº 12568/2010**, de 4 de agosto e pelo **Despacho nº 9752-A/2012**, de 18 de julho – organização, funcionamento, avaliação e certificação dos Cursos de Educação e Formação – CEF.

**Despacho nº 14758/2004**, de 23 de julho – Autorização e condições de funcionamento dos Cursos Profissionais de Ensino Secundário, nos estabelecimentos escolares da rede pública.

**Portaria n.º 292-A/2012**, de 26 de setembro - regulamenta os termos e as condições para o funcionamento dos cursos vocacionais.

**Portaria n.º 276/2013**, de 23 de agosto - regulamenta as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos vocacionais de nível secundário.

**Regulamento Interno da Escola Secundária Jorge Peixinho.**



## ANEXO B

### Descritores de Desempenho dos Alunos

Para a avaliação das competências expressas no currículo nacional é fundamental ter em conta as capacidades demonstradas pelos alunos relativamente aos conhecimentos e capacidades definidas para cada disciplina e às competências transversais (**compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias da informação e comunicação; cidadania e autonomia**).

CAPACIDADES		DEFINIÇÃO QUALITATIVA	NÍVEIS
Cidadania e Autonomia <b>a)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revela grande falta de assiduidade e/ou pontualidade.</li><li>• Não respeita as normas estabelecidas.</li><li>• Não revela interesse, nem participa nas atividades propostas.</li><li>• Não é responsável, nem autónomo.</li><li>• Não revela espírito de tolerância e cooperação.</li></ul>	<b>NÍVEL 1</b>  O aluno não desenvolveu os conhecimentos e capacidades definidas;	<b>1</b>
Conhecimentos e Capacidades <b>b)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revela grandes dificuldades no domínio da Língua Portuguesa, tanto ao nível da comunicação oral como da escrita.</li><li>• Revela muitas dificuldades ao nível da compreensão, aquisição e aplicação de conhecimentos.</li><li>• Não revela organização nem hábitos de trabalho.</li><li>• Não demonstra iniciativa nem espírito de intervenção.</li><li>• Não revela progressão na aprendizagem das competências de intervenção.</li><li>• Não revela progressão na aprendizagem das competências definidas.</li></ul>		
Cidadania e Autonomia <b>a)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• É pouco assíduo e/ou pontual.</li><li>• Não respeita devidamente as normas estabelecidas.</li><li>• Revela pouco interesse e participa de forma desorganizada nas atividades propostas.</li><li>• É pouco responsável e pouco autónomo.</li><li>• Revela pouco espírito de tolerância e cooperação.</li></ul>	<b>NÍVEL 2</b>  O aluno não desenvolveu os conhecimentos e capacidades maioria das definidas;	<b>2</b>
Conhecimentos e Capacidades <b>b)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revela dificuldades no domínio da Língua Portuguesa, tanto ao nível da comunicação oral como da escrita.</li><li>• Revela dificuldades ao nível da compreensão, aquisição e aplicação de conhecimentos.</li><li>• Revela falta de organização e poucos hábitos de trabalho.</li><li>• Revela pouca iniciativa e pouco espírito de intervenção.</li><li>• Revela deficiente progressão na aprendizagem.</li></ul>		



CAPACIDADES		DEFINIÇÃO QUALITATIVA	NÍVEIS
Cidadania e Autonomia a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É minimamente assíduo e/ou pontual.</li> <li>• Respeita as normas estabelecidas.</li> <li>• Revela algum interesse e participa em quase todas as atividades propostas.</li> <li>• Revela alguma responsabilidade e alguma autonomia.</li> <li>• Revela algum espírito de tolerância e de cooperação.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL 3</b></p> <p>O aluno desenvolveu os conhecimentos e capacidades definidas;</p>	<b>3</b>
Conhecimentos e Capacidades b)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revela um domínio satisfatório da Língua Portuguesa, tanto ao nível da comunicação oral como da escrita.</li> <li>• Não revela dificuldades significativas ao nível da compreensão, aquisição e aplicação de conhecimentos.</li> <li>• Revela alguma organização e hábitos de trabalho.</li> <li>• Revela alguma iniciativa e espírito de intervenção.</li> <li>• Revela progressão na aprendizagem.</li> </ul>		
Cidadania e Autonomia a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É assíduo e pontual.</li> <li>• Respeita as normas estabelecidas.</li> <li>• Revela interesse e participa nas atividades propostas.</li> <li>• Revela responsabilidade e autonomia.</li> <li>• Revela espírito de tolerância e de cooperação.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL 4</b></p> <p>O aluno desenvolveu com facilidade os conhecimentos e capacidades definidas;</p>	<b>4</b>
Conhecimentos e Capacidades b)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revela um bom domínio da Língua Portuguesa, tanto ao nível da comunicação oral como da escrita.</li> <li>• Revela facilidade na compreensão, aquisição, relação e aplicação de conhecimentos.</li> <li>• Revela organização e bons hábitos de trabalho.</li> <li>• Revela iniciativa e intervém adequadamente nas aulas.</li> <li>• Revela boa progressão na aprendizagem.</li> </ul>		
Cidadania e Autonomia a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É assíduo e pontual.</li> <li>• Respeita todas as normas estabelecidas.</li> <li>• Revela bastante interesse e participa com empenho nas atividades propostas.</li> <li>• É muito responsável e autónomo.</li> <li>• Revela esclarecido espírito de tolerância e cooperação.</li> </ul>	<p><b>NÍVEL 5</b></p> <p>O aluno desenvolveu plenamente todos os conhecimentos e capacidades definidas;</p>	<b>5</b>
Conhecimentos e Capacidades b)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revela um excelente domínio da Língua Portuguesa, tanto ao nível da comunicação oral como da escrita.</li> <li>• Revela bastante facilidade ao nível da compreensão, aquisição, relação e aplicação de conhecimentos.</li> <li>• Revela muito boa capacidade de organização e bons hábitos de trabalho.</li> <li>• Revela bastante iniciativa e intervém adequadamente nas aulas e nas diversas atividades escolares.</li> <li>• Revela uma excelente progressão na aprendizagem.</li> </ul>		

a) 7º, 8º Ano - (Todas as Disciplinas): **20%**

9º Ano - (Disciplinas sem avaliação sumativa externa): **20%**



9º Ano - (Disciplinas com avaliação sumativa externa - Português e Matemática): **10%**

**b)** 7º, 8º Ano - (Todas as Disciplinas): **80%**

9º Ano - (Disciplinas sem avaliação sumativa externa): **80%**

9º Ano - (Disciplinas com avaliação sumativa externa - Português e Matemática): **90%**



## ANEXO C

## Parâmetros e Ponderações da Avaliação Sumativa Interna

Níveis de Ensino/Anos de Escolaridade		Conhecimentos e Capacidades	Cidadania e Autonomia
ENSINO BÁSICO	7.º, 8.º Ano Todas as disciplinas	80%	20%
	9.º Ano Disciplinas sem avaliação sumativa externa Disciplinas com avaliação sumativa externa	80% 90%	20% 10%
ENSINO SECUNDÁRIO	10.º Ano Disciplinas sem avaliação sumativa externa	80%	20%
	10.º Ano Disciplinas com avaliação sumativa externa	90%	10%
	11.º Ano Todas as disciplinas	90%	10%
	12.º Ano Todas as disciplinas	90%	10%
CURSOS VOCACIONAIS	Cursos Vocacionais Todas as disciplinas	60%	40%
CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	CPES – Cursos Profissionais do Ensino Sec. Todas as disciplinas	Componente Sociocultural e Científica 80%	Componente Sociocultural e Científica 20%
		Componente Técnica 85%	Componente Técnica 15%



## ANEXO D

### Instrumentos e Registos de Avaliação

Sendo a avaliação um processo sistemático e contínuo, resulta, necessariamente, de uma multiplicidade de registos informativos realizados ao longo do ano letivo. Esses registos de avaliação dividem-se, basicamente, em dois grupos:

- a) Registos de Observação (que registam o desempenho diário dos alunos);
- b) Instrumentos Formais Avaliação (provas escritas tradicionais, provas de duas fases, provas orais ou práticas, relatórios, trabalhos individuais ou de grupo, etc.).

Deverão ser arquivados, no dossier pedagógico dos grupos, sob orientação do Coordenador de Departamento, os seguintes registos e instrumentos:

- Enunciados, cotações e critérios de correção/avaliação de todos os instrumentos formais de avaliação utilizados ao longo do ano letivo;
- Grelhas de registo de avaliação, ponderadas de acordo com os critérios (uma por cada período letivo e por turma).

O dossier pedagógico dos grupos pode revestir o formato digital ou em suporte de papel; em qualquer dos casos deverá encontrar-se atualizado e disponível para consulta, sempre que tal for solicitado, através do Coordenador de Departamento.

Todas as disciplinas ou áreas curriculares não disciplinares deverão prever, na sua planificação anual, a existência de, pelo menos:

- **um** momento formal de avaliação sumativa, no ensino básico;
- **dois** momentos formais de avaliação sumativa, no Ensino Secundário.

Cabe aos Departamentos/Grupos de recrutamento a elaboração de critérios de avaliação específicos, adaptados à especificidade das disciplinas e áreas, identificando os momentos de avaliação e a natureza dos instrumentos a utilizar. Nas disciplinas em que são aplicados testes intermédios do IAVE, estes contarão como um momento de avaliação sumativa formal, sem aumento de ponderação.

Em relação aos alunos, cabe aos docentes acautelarem os seguintes aspetos:

- a) A realização de momentos formais de avaliação, de natureza escrita, oral ou prática será previamente dada a conhecer aos alunos e a marcação da data será feita em consonância com os interesses de professores e alunos;



- b) Os testes/fichas de avaliação deverão ser marcados no Livro de Ponto;
- c) Os alunos não devem realizar mais do que uma prova escrita de avaliação, por dia;
- d) Os alunos serão sempre informados dos objetivos, conteúdos ou competências a avaliar;
- e) Os alunos serão sempre informados dos critérios/propostas de correção.
- f) A indicação explícita da cotação de cada objetivo ou questão fica dependente da especificidade de cada disciplina/grupo, devendo esta decisão ser fundamentada em ata de reunião de grupo e cumprida por todos os professores.
- g) No início de cada período letivo os alunos e os respetivos Encarregados de Educação deverão ser informados, pelo Diretor de Turma, sobre todos os elementos ponderados na avaliação sumativa e sobre a classificação do aluno, em todos os momentos de avaliação formal.

Até ao último dia de aulas de cada período/ano letivo os docentes deverão ter garantidos, os seguintes procedimentos:

- Entrega, aos alunos, de todos os instrumentos de avaliação realizados no período letivo (testes, trabalhos, relatórios, etc.), devidamente classificados;
- Realização de um momento de autoavaliação, em aula.

Sem prejuízo do acima exposto, os professores deverão respeitar os seguintes prazos:

- máximo de 10 dias úteis para a entrega, aos alunos, dos instrumentos de avaliação escrita devidamente classificados ou para a comunicação da classificação obtida em testes e provas de outras naturezas;
- mínimo de 48 horas em relação à data da reunião de Avaliação de final de período, para entrega, ao Diretor de Turma, da «Ficha de Proposta de Avaliação».



## ANEXO E

### Informação ao Diretor de Turma

- Para que os diretores de turma possam dispor de elementos informativos tão objetivos e completos quanto possível relativamente aos alunos, deverão, todos os docentes proceder à entrega de uma ficha informativa de avaliação descritiva intermédia, sensivelmente a meio de cada período letivo.
- Os docentes que lecionam disciplinas semestrais ficam dispensados da entrega da ficha intermédia de fevereiro.
- Para o efeito deverá ser utilizada uma ficha normalizada, como proposta geral da ESJP, apresentada ao Diretores de Turma pelo(a) respetivo(a) coordenador; os grupos de recrutamento podem, ainda, criar uma ficha de própria, de avaliação descritiva intermédia, adaptada à especificidade das diferentes disciplinas.
- A ficha acima será entregue ao Diretor de Turma, por todos os docentes, nas datas definidas, no início do ano letivo, pela direção da escola.
- Ao Diretor de Turma cabe solicitar o cumprimento desta obrigação, do modo e pelos meios decididos no Conselho de Turma do início do ano letivo, nomeadamente por via informática, através dos endereços de e-mail dos docentes.



## ANEXO F

### Divulgação dos Critérios de Avaliação a Alunos e Encarregados de Educação

- Cada diretor de turma deverá informar os alunos da sua direção de turma, no início do ano letivo, sobre os critérios gerais de avaliação em vigor na escola.
- Os encarregados de educação deverão ser igualmente informados acerca dos critérios de avaliação, pelo diretor de turma, na primeira reunião do ano letivo.
- De igual forma, cada docente deverá informar os alunos sobre os critérios específicos da sua disciplina.
- É da responsabilidade da Direção a disponibilização dos Critérios Gerais de Avaliação aprovados pelo Conselho Pedagógico, no sítio da ESJP, na Internet.

## ANEXO G





## Conselhos de Turma de Avaliação

- No final de cada período, no âmbito da preparação do Conselhos de Turma de Avaliação, cabe aos docentes a entrega da ficha de proposta de avaliação dos alunos aos respetivos Diretores de Turma, com a antecedência mínima de 48 horas, em relação ao dia marcado para a reunião.
- A proposta de avaliação a apresentar por cada docente deve ser o resultado de uma reflexão cuidada sobre o percurso de cada aluno.
- O peso relativo de todos os elementos de avaliação deve estar devidamente clarificado na proposta de avaliação de cada disciplina.
- Ressalve-se, no entanto, que a falta de assiduidade por motivos devidamente justificados não poderá, por si só, ser motivo de penalização do aluno, relativamente ao processo de avaliação.
- As propostas de avaliação sumativa dos alunos são analisadas pelo Conselho de Turma, sendo este órgão responsável pela classificação atribuída; neste sentido, cabe ao docente prestar as informações e disponibilizar os registos que suportam a sua proposta, se solicitado.
- Constitui responsabilidade de todos membros do Conselho de Turma alertar para eventuais discrepâncias nas classificações propostas, devendo estas situações ser objeto de ponderação suplementar, antes de ser decidida a classificação a atribuir.
- A classificação atribuída no final de cada período letivo deverá traduzir o aproveitamento do aluno, desde o início do ano até esse momento específico de avaliação.
- As deliberações do conselho de turma devem resultar do consenso dos professores que o integram, admitindo-se o recurso ao sistema de votação quando se verificar a impossibilidade de obtenção desse consenso.
- No caso de recurso à votação, todos os membros do conselho de turma devem votar mediante voto nominal, não sendo permitida a abstenção, sendo o voto de cada membro registado em ata.
- A deliberação só pode ser tomada por maioria absoluta, tendo o presidente do conselho de turma voto de qualidade, em caso de empate.
- Na ata da reunião do conselho de turma devem ficar registadas todas as deliberações e a respetiva fundamentação.



## ANEXO H

### Critérios de Avaliação de Educação Cívica

Nesta área curricular não disciplinar, a avaliação operacionaliza-se com base nas competências abaixo indicadas. Cada competência tem uma ponderação na avaliação final de cada período letivo.

	Critérios de Avaliação	Ponderação (%)
Conhecimentos e Capacidades	<ul style="list-style-type: none"><li><i>Processos e produtos desenvolvidos no âmbito dos temas abordados.</i></li></ul>	70
Cidadania e Autonomia	<ul style="list-style-type: none"><li><b>Cidadania</b> (Respeito pelos Outros, Cumprimento de Regras, Interajuda)</li></ul>	15
	<ul style="list-style-type: none"><li><b>Autonomia</b> (Autoavaliação, Hábitos e Métodos de Trabalho, Resolução de Problemas e Tomada de Decisões)  Pontualidade, Cumprimento de Tarefas, Material Necessário)</li></ul>	15
Total		100

**Nota<sup>1</sup>** – De acordo com o ponto 5 do Despacho Normativo 1/2005 “a educação para a cidadania, a compreensão e a expressão oral em língua portuguesa e a utilização das tecnologias de informação e de comunicação” são “aprendizagens de carácter transversal a avaliar em todas as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares”. Do exposto, no desenvolvimento dos projetos da turma e aquando da respetiva avaliação, deverá o professor contemplar estas aprendizagens.

**Nota<sup>2</sup>** – Ao longo de cada período letivo, cada professor deverá recolher elementos de avaliação formativa, utilizando instrumentos de avaliação adaptados às atividades desenvolvidas.

Para efeitos de avaliação sumativa de cada período letivo, a menção final, atribuída a cada aluno, deverá ter em conta a seguinte escala:



### Escala

Percentagem	0 a 49	50 a 74	75 a 100
Menção	Não Satisfaz	Satisfaz	Satisfaz Bem

### Menções Qualitativas

#### **Atribuir-se-á a menção de Não Satisfaz, sempre que o aluno:**

- não revela maturidade cívica no relacionamento interpessoal;
- não revela respeito pelo Outro;
- não coopera no grupo;
- não intervém cívica e democraticamente na realidade circundante;
- não respeita a diversidade cultural, de opiniões e as diferenças individuais;
- não demonstra autonomia e/ou iniciativa na sugestão e realização de atividades;
- não revela assertividade na expressão do Eu;
- não exprime as suas próprias opiniões e pontos de vista;
- não é assertivo no modo como se relaciona com os outros.

#### **Atribuir-se-á a menção de Satisfaz, sempre que o aluno:**

- revela maturidade cívica no relacionamento interpessoal;
- revela respeito pelo Outro;
- coopera no grupo;
- intervém cívica e democraticamente na realidade circundante;
- respeita a diversidade cultural, de opiniões e as diferenças individuais;
- demonstra autonomia e/ou iniciativa na sugestão e realização de atividades;
- revela assertividade na expressão do Eu;
- exprime as suas próprias opiniões e pontos de vista;
- é assertivo no modo como se relaciona com os outros.

#### **Atribuir-se-á a menção de Satisfaz Bem, sempre que o aluno:**

- evidencia boa maturidade cívica no relacionamento interpessoal
- revela atitudes e hábitos positivos de relação com o Outro, aceitando-se como uma identidade própria
- reconhece-se como membro de um grupo;



- intervém responsável e conscientemente no grupo;
- intervém cívica e democraticamente na vida comunitária;
- aceita e respeita a diversidade cultural e de opiniões e as diferenças individuais de modo a interpretar situações dentro dos respetivos quadros de referência (sociais, geográficos, culturais, históricos,...);
- sugere a realização de atividades e apresenta alternativas a atividades propostas pelos outros;
- afirma assertivamente a sua personalidade;
- exprime-se cívica e habitualmente as suas próprias opiniões e pontos de vista, evidenciando capacidade de debate e de trabalho em grupo.



## ANEXO I

### Critérios de Avaliação da Prova de Aptidão Profissional

A PAP consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto, consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apreciação crítica, demonstrativo de saberes e competências profissionais adquiridos ao longo da formação e estruturante do futuro profissional do jovem.

Consideram-se em condições de desenvolver a PAP os alunos que encontrando-se no último ano do curso, nas disciplinas de formação técnica, não ultrapassem um máximo de 20% dos módulos em atraso, no segundo momento de avaliação.

#### 1. Enquadramento legal

- Portaria nº 550-C, de 21 de Maio
- Despacho nº 14758/2004, de 23 de julho
- RI da ESJP, Anexo A, Capítulo II

#### 2. Critérios de avaliação

A classificação da PAP deverá seguir os critérios de avaliação que constam da seguinte tabela e terão em consideração os parâmetros de avaliação ali referidos.

A avaliação da **conceção e desenvolvimento do projeto** deverá ser efetuada pelo professor orientador da PAP, devendo também ser ratificada pelo Júri da PAP.



## 2.1 CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE GESTÃO

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL

Ano Letivo 2013/2014 e 2014/2015

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	Ponderação (%)
<b>CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO</b>	<b>50</b>
• Anteprojeto	10
⇒ Apresentação escrita e Organização	
⇒ Adequação ao perfil profissional	
⇒ Criatividade/inação	
⇒ Exequibilidade	
• Desenvolvimento do Projeto	30
⇒ Concretização dos objetivos propostos no projeto	
⇒ Qualidade dos materiais utilizados	
⇒ Rigor técnico e científico do trabalho	
⇒ Autonomia e capacidade para ultrapassar problemas	
• Cidadania e Autonomia	10
⇒ Assiduidade e pontualidade	
⇒ Motivação e interesse	
⇒ Cumprimento dos prazos estabelecidos para a realização das fases de conceção e execução do projeto	
<b>RELATÓRIO FINAL</b>	<b>30</b>
• Apresentação e organização do relatório	10
• Rigor técnico e científico do relatório	10
• Qualidade dos materiais apresentados no relatório	5
• Relatórios de autoavaliação	5
<b>APRESENTAÇÃO E DEFESA ORAL DO PROJETO</b>	<b>20</b>
• Clareza e fundamentação da escolha e da exposição na apresentação	6
⇒ Clareza e correção da intervenção	
⇒ Rigor técnico-científico	
⇒ Realismo do projeto	
• Qualidade dos recursos utilizados na exposição	2
• Capacidade de argumentação na defesa do projeto	8
• Postura (saber estar/fazer uma apresentação)	4
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

## 2.2 CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS



## CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL (PAP)

### Ano Letivo 2013/2014 e 2014/2015

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO	Ponderação (%)
<b>CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO</b>	<b>35</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Anteprojecto</b> <span style="float: right;">5</span> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Apresentação e organização</li> <li>○ Adequação do projeto ao perfil de desempenho do curso</li> <li>○ Criatividade e Inovação</li> <li>○ Exequibilidade da proposta de projeto</li> </ul> </li> <li>• <b>Desenvolvimento do Projeto</b> <span style="float: right;">25</span> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Concretização dos objetivos propostos</li> <li>○ Qualidade/Adequação dos materiais utilizados</li> <li>○ Rigor técnico e científico</li> <li>○ Autonomia e capacidade para ultrapassar problemas</li> <li>○ Criatividade / inovação</li> <li>○ Exequibilidade</li> </ul> </li> <li>• <b>Cidadania e Autonomia</b> <span style="float: right;">5</span> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Recetividade à inovação</li> <li>○ Motivação e interesse</li> <li>○ Cumprimento dos prazos estabelecidos para a realização das diferentes fases da execução da PAP</li> </ul> </li> </ul>	
<b>RELATÓRIO FINAL</b>	<b>25</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação e organização <span style="float: right;">15</span></li> <li>• Rigor técnico e científico <span style="float: right;">5</span></li> <li>• Qualidade dos materiais utilizados e apresentados como enriquecimento do projeto. <span style="float: right;">5</span></li> </ul>	
<b>APRESENTAÇÃO E DEFESA ORAL DO PROJETO</b>	<b>40</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Apresentação e Defesa oral</b> <span style="float: right;">10</span> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Clareza e fundamentação da escolha do tema escolhido</li> <li>○ Clareza e correção da intervenção</li> <li>○ Capacidade de argumentação na defesa do projeto</li> <li>○ Qualidade dos recursos utilizados na exposição</li> <li>○ Saber estar (postura, linguagem)</li> </ul> </li> <li>• <b>Produto final</b> <span style="float: right;">30</span> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Adequação do produto ao Perfil de desempenho do Curso</li> <li>○ Grau de concretização dos objetivos propostos</li> <li>○ Grau de rigor técnico e científico do produto</li> <li>○ Grau de adequação dos materiais utilizados</li> </ul> </li> </ul>	
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

### 3 – ESTRUTURA E CALENDARIZAÇÃO

#### 3.1 - CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE GESTÃO



## Anteprojeto

- ✚ Identificação do aluno e do Curso;
- ✚ Relatório de autoavaliação do aluno especificando, se no momento e na sua opinião, se apresenta ou não em condições de iniciar a realização do projeto;
- ✚ Identificação do projeto (título);
- ✚ Objetivos do projeto;
- ✚ Descrição sumária do produto final que se pretende obter;
- ✚ Recursos materiais e orçamento previsto para a concretização do projeto;
- ✚ Faseamento do projeto (etapas a percorrer e sua duração)
- ✚ Indicação do espaço onde decorre cada fase do projeto, incluindo as horas previstas fora das atividades curriculares e fora da escola;
- ✚ Sugestão do nome do professor acompanhante (entre os professores da formação técnica).

Apresentação do anteprojeto da PAP

(utilizando todos os elementos fundamentais para a apresentação de um trabalho escrito)

**Entrega ao Diretor de Curso até ao final da 1ª semana de dezembro.**

**A Aprovação deverá ser feita pelo DC e Professores da Formação Técnica até 15 de janeiro**

### Relatório final

**2º e 3º Períodos**

- Capa
- Índice
- Introdução
- Descrição e desenvolvimento do projeto
  - Fundamentação do projeto
    - ✚ Identificação do projeto
    - ✚ Finalidade
    - ✚ Objetivos
    - ✚ Atividades a realizar para a execução do produto
      - Atividades
      - Calendarização
    - ✚ Recursos necessários / orçamentos
      - Humanos
      - Materiais
      - Financeiros
    - ✚ Exequibilidade do Projeto
      - Estudos de opinião/ mercado





- Inquéritos
- Questionários
- Avaliação
  - Apresentação dos resultados
    - ⇒ Quadros
    - ⇒ Gráficos
    - ⇒ Análise dos resultados pergunta a pergunta
    - ⇒ Reflexão sobre a análise dos resultados
- Desenvolvimento do Projeto
  - ✚ Realização das atividades que permitem a implementação do projeto, devidamente faseadas, afetando os recursos necessários, nomeadamente os financeiros, os materiais e os humanos.
  - ✚ Divulgação do projeto - Comunicação interna e/ou externa
- **Conclusão**
  - ✚ Apresentar os resultados atingidos face aos objetivos.
  - ✚ Análise crítica global da execução do projeto, considerando as principais dificuldades e obstáculos encontrados e as formas encontradas para os superar.
  - ✚ Sugestões para o enriquecimento do projeto.
- **Bibliografia**
- **Anexos**
  - ✚ Anexo<sub>1</sub> – Anteprojecto
  - ✚ Anexo<sub>2</sub> – Documentos necessários à execução do projeto e decorrentes do desenvolvimento do projeto
  - ✚ Anexo<sub>3</sub> – Registos de autoavaliação das diferentes fases do projeto
  - ✚ Anexo<sub>4</sub> – Registos das avaliações intermédias do professor

Apresentação do relatório final da PAP

(utilizando todos os elementos fundamentais para a apresentação de um trabalho escrito)

**Entrega do projeto da PAP até 15 de junho**

### **Prova de Aptidão Profissional**

Apresentação e Defesa Oral do projeto consubstanciado num produto perante um júri.

(duração 30 a 45 minutos)

**Entre dia 15 de junho e 15 de julho**

Apresentação Oral da PAP

(utilizando meios audiovisuais ou outros)

- ✚ Estrutura e Organização
  - Introdução
  - Ideias Principais
  - Conclusão



⊕ Recursos Materiais

Defesa oral da Prova

⊕ Capacidade de Argumentação

## 3.2 - CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS

### Anteprojecto

⊕ Capa

Identificação da Escola  
Identificação do Curso  
Designação da prova  
Título do projecto  
Indicação do ano letivo

⊕ Contra-Capa

Identificação da Escola  
Identificação do Curso  
Designação da prova  
Título do projecto  
Identificação do aluno  
Identificação do professor orientador  
Indicação do mês e ano

⊕ Índice

⊕ Introdução

Objetivos do projecto;  
Descrição sumária do produto final que se pretende obter;

⊕ Descrição e desenvolvimento do projecto

Fundamentação do projecto  
Recursos materiais e orçamento previsto para a concretização do projecto;  
Faseamento do projecto (etapas a percorrer e sua duração)  
Indicação do espaço onde decorre cada fase do projecto, incluindo as horas previstas fora das atividades curriculares e fora da escola;

⊕ Conclusão

Conclusão/Críticas  
Relatório de autoavaliação do aluno especificando, se no momento e na sua opinião, se apresenta ou não em condições de iniciar a realização do projecto;

⊕ Bibliografia

Livros  
Revistas



Sítios consultados (data)

✚ Anexos

**Apresentação ao Diretor de Curso até ao final da 1ª semana de dezembro.**

**A aprovação deverá ser feita pelo DC e Professores da Formação Técnica até 15 de janeiro**

**Relatório final**

**2º e 3º Períodos**

✚ Capa

Identificação da Escola  
Identificação do Curso  
Designação da prova  
Título do projeto  
Indicação do ano letivo

✚ Contra-Capa

Identificação da Escola  
Identificação do Curso  
Designação da prova  
Título do projeto  
Identificação do aluno  
Identificação do professor orientador  
Indicação do mês e ano

✚ Índice

✚ Introdução (Objetivo e fundamentação)

Objetivos do projeto;  
Descrição sumária do produto final que se pretende obter;

✚ Descrição e desenvolvimento do projeto

Fases do projeto  
Recursos/orçamentação  
Resultados

✚ Conclusão

Conclusões

Apresentar os resultados atingidos face aos objetivos.  
Análise crítica global da execução do projeto, considerando as principais dificuldades e obstáculos encontrados e as formas encontradas para os superar.  
Sugestões para o enriquecimento do projeto.



✚ Bibliografia

Livros  
Revistas  
Sítios consultados (data)

✚ Anexos:

Anteprojecto;  
Avaliações intermédias do professor orientador;  
Autoavaliação.  
Outros (imagens, especificações técnicas, etc.);

**Entrega do Relatório Final e Produto até 15 de junho**

**Prova de Aptidão Profissional**

Apresentação e Defesa Oral do projecto consubstanciado num produto perante um júri.

(duração 30 a 45 minutos)

**Entre dia 15 de junho e 15 de Julho**

**Apresentação e Defesa Oral da PAP**

(utilizando meios audiovisuais ou outros)  
Identificação da Escola  
Identificação do Curso  
Designação da prova  
Identificação do aluno  
Título do projecto  
Identificação do professor orientador  
Objetivos do projecto;  
Descrição sumária do produto final que se obteve;  
Descrição das fases do projecto  
Resultado Final  
Demonstração da exequibilidade

Estes critérios de avaliação foram elaborados tendo em consideração o actual RI, no entanto deverão integrar as alterações que vierem a ser introduzidos no próximo RI.